



CRISE DO EURO

Países ricos não querem perder soberania para Bruxelas

Bruxelas avisa Londres que não protegeu city com o veto, enquanto surgem resistências ao acordo em países ricos.

Lúis Rego em Bruxelas
luis.rego@economico.pt

A perda de soberania orçamental, que resultou da última cimeira de Bruxelas, está a criar problemas políticos e legais nos países mais ricos da zona euro, como a Alemanha, a Holanda e a Finlândia. Isto para além de ter sido um dos elementos usados pelo líder britânico, David Cameron, para saltar fora do novo Tratado.

Boa parte das decisões do acordo da cimeira estava na calha e entram hoje em vigor, como aceleração de sanções financeiras, mas o novo acordo intergovernamental, que será firmado por 26 países, dará um poder activo às autoridades europeias no processo orçamental e abre a porta a sanções políticas. Esta lógica de intrusão tem sido aplaudida para os países sob alvo de programa de ajustamento, ou visados pelos mercados, mas agora as regras de governação multilateral aplicam-se a todos.

Em Berlim o presidente da camará baixa alemã, Norbert Lammert, reconhece que o poderoso Tribunal Constitucional alemão, de Karlsruhe, pode acabar por travar as medidas da última cimeira, mesmo que sejam aprovadas no Parlamento. "O Bundestag vai analisar cui-

dadosamente os possíveis problemas constitucionais que podem resultar de uma intervenção directa da Comissão Europeia, ou de um comissário do euro, nos orçamentos nacionais, e portanto nos poderes orçamentais do Parlamento".

Na Holanda, o partido xenófobo de Geert Wilders, que apoia o governo, não aceita novas



"Temos todos de tirar lições da crise actual e isso também é verdade para o sector financeiro", disse ontem o comissário Olli Rehn, perante o veto britânico.

perdas de soberania e até o maior partido da oposição (centro esquerda) admite novas eleições se a relação com Bruxelas se alterar no novo Tratado. "Em caso de transferência de poderes, devemos dar aos eleitores a palavra através de eleições gerais", disse Job Cohen, líder dos trabalhistas holandeses, admitindo que o resultado da cimeira ainda não o permite afirmar. A impopularidade dos trabalhistas poderá fazê-lo recuar mas o debate está lançado.

O outro país do euro cujo governo está refém dos nacionalistas de direita é a Finlândia. Os 'verdadeiros finlandeses' que tentaram bloquear o resgate a Portugal não aceitam entregar a Bruxelas o direito de decidir sobre o orçamento, nem perder o direito de veto sobre resgates futuro. Este último ponto já está a ser fracturante no debate político finlandês, com o partido do primeiro-ministro Jyrki Katainen quase isolado na coligação que forma governo, defendendo a nova regra de 85% que presidirá às decisões do fundo de resgate, em vez da actual unanimidade. Katainen lembra que "vamos poder monitorar as políticas financeiras dos outros países para ser se são sustentáveis", mas a ministra de finanças Jutta Urpilainen, do partido socialista, defende que sem unanimidade, a Finlândia deve ficar de fora. A nova regra permite excluir da decisão um pequeno país mas não um grande.

Perante o bloqueio britânico a um novo tratado, o comissário do euro, Olli Rehn, avisou ontem que "se esta decisão foi tomada para evitar que a City e os seus banqueiros fossem regulados, isso não vai acontecer. Temos todos de tirar lições da crise actual e isso também é verdade para o sector financeiro". ■



Lei mais sobre as reacções internas em França e no Reino Unido na pág. 20

COMISSÃO EUROPEIA PEDE AO GOVERNO URGÊNCIA NA

A Comissão Europeia defende que o Governo português precisa de "perseverança e determinação para superar os fortes interesses instalados que estão no caminho das reformas". A frase consta de um relatório da Comissão Europeia, de 2 de Dezembro, a que a Bloomberg teve acesso, elaborado depois da segunda revisão do programa de resgate de Portugal. A Comissão Europeia que na 'troika' está representada por Jürgen Kroger, (na foto) avisa ainda o Governo português que o país tem que avançar "rapidamente" com reformas para reduzir os custos do trabalho e aumentar a flexibilidade laboral. O mesmo documento sublinha que "Portugal atingiu as metas do défice deste ano, mas através de medidas extraordinárias e precisa agora de adoptar políticas de austeridade, sob forte oposição, para assegurar a redução duradoura da dívida."



Passos insiste no

Tornar LEO reforçada exige mexer na Constituição

Inês David Bastos
ines.bastos@economico.pt

Passos Coelho lançou ontem a António José Seguro uma contra-argumentação à proposta do líder socialista de o limite ao défice ser inscrito numa lei de valor reforçado. Partindo do princípio que Seguro se refere à Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) - hipótese avançada pelo líder da bancada socialista, Carlos Zorrinho - Passos lembrou que para tornar a LEO uma lei "paraconstitucional", isto é, com força semelhante à Constituição, terá sempre que alterar-se a Lei Fundamental.

Isto é, o primeiro-ministro quer dizer que para tornar a LEO uma lei reforçada no sentido de necessitar de uma maioria de dois terços para ser alterada terá que haver uma revisão constitucional para prever isso. É que actualmente a LEO carece apenas de uma maioria simples para ser alterada, pelo que, a colocar-se neste diploma o limite ao défice estrutural imposto por Bruxe-

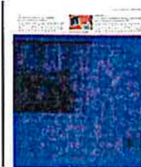


O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, avisou que para tornar a LEO uma lei de valor reforçado será necessário mexer na Lei Fundamental.

Portugal tem 24 anos para reduzir dívida

A partir de 2016, Portugal vai ter de reduzir a dívida em mais de 2% do PIB ao ano. Portugal tem uma derrogação até esta data para começar a aplicar as novas regras de redução consecutiva de dívida excessiva, que entram hoje em vigor no quadro do pacote legislativo de governação económica (conhecido por Six Pack). A nova regra obriga o país a reduzir, todos os anos, 1/20 da fatia de dívida pública que excede o tecto de 60% do PIB, perfazendo um ajustamento de 20 anos. Assim, Portugal vai demorar 24 anos (até

2036) a reduzir um excesso de dívida que criou em seis anos, visto que em 2004, o rácio da dívida era de 57% do PIB. Os elevados custos de financiamento contraídos na fase prévia ao 'resgate' internacional vão também pesar no serviço da dívida nos próximos anos. O pacote legislativo adopta ainda sanções mais rápidas para os países que violem a regra do 3% de défice e não reduzam a dívida na direcção dos 60%. Através da cativação de 0,2% do PIB, que se torna em multa caso a violação de regras seja reiterada.



Paulo Alexandre Coelho

REFORMA DA LEI LABORAL



limite ao défice na Constituição

las, "qualquer maioria poderia antes da aprovação de um orçamento alterá-la", segundo explicou ao Diário Económico o advogado Tiago Duarte. E a indicação saída do Conselho Europeu é de que o limite ao défice estrutural e à dívida sejam incluídas numa disposição constitucional ou "equivalente", de forma a que dê segurança.

Tiago Duarte, especialista da PLMJ em matérias constitucionais, explica: "A Lei de Enquadramento Orçamental tem valor reforçado no sentido em que o orçamento tem que obedecer às regras nela previstas mas para a alterar basta uma maioria simples, não é necessário uma maioria de dois terços dos deputados como acontece numa revisão constitucional".

O constitucionalista adiantou: "É para tornar a LEO uma lei de valor reforçado, necessitando de dois terços para ser alterada, é necessário, de facto, mexer na Constituição".

Foi nesta linha de pensamento, que Pedro Passos Coelho esgrimiou ontem novo argumento, depois de Seguro recusado incluir a 'regra de ouro' na Constituição, dizendo ser suficiente fazê-lo numa lei de valor reforçado. "Essa é a razão por que, apesar de tudo, nós preferimos a alteração constitucional directa", explicou o primeiro-ministro. O Diário Económico tentou uma reacção da direcção do PS, que à hora do fecho desta edição estava reunida no Secretariado a analisar, entre outras, esta questão. ■

Bava acredita num Portugal mais forte

O presidente-executivo da PT, Zeinal Bava, defendeu ontem, em entrevista ao "Wall Street Journal", que Portugal tem as condições necessárias para sair da crise fortalecido, apresentando várias vantagens competitivas. "Temos o que é preciso para sair da crise mais fortes porque temos uma sociedade tolerante, com excelência em tecnologia e cheia de talento", disse, inumerando algumas das vantagens do país, nomeadamente relativamente à educação, a uma população muito habituada à internet e a legislação que permite constituir um negócio em apenas cinco dias.

Moody's lança pânico nos mercados

As principais praças europeias caíram mais de 3%.

Margarida Vaqueiro Lopes
margarida.lopes@economico.pt

O aviso da agência de notação financeira Moody's, feito durante o dia de ontem, atingiu os principais mercados mundiais como uma bomba: a avaliação da dívida dos países da União Europeia (UE) pode vir a ser alvo de 'downgrade' em breve. E nem aqueles que ainda têm nota máxima por parte da agência deverão escapar.

E apesar de o presidente francês, Nicolas Sarkozy, garantir que "enfrentaremos a situação com calma e descontração" em caso de um 'downgrade' [da dívida francesa], a informação provocou uma onda de pânico generalizado nos mercados, fazendo as principais praças da Europa fecharem com perdas superiores a 3% na primeira sessão da semana.

O recado da agência de notação financeira foi enviado depois de na semana passada os líderes da UE se terem reunido numa cimeira que, segundo a Moody's, não levou a cabo os passos necessários para resolver a crise que ensombra a região. Já na semana passada a Standard&Poors tinha avisado que um 'downgrade' aos países da UE era uma possibilidade em cima da mesa. Em declarações ao Etv, ontem, Pedro Lino, CEO da DIF Broker, referiu que "não se pode andar de cimeira em cimeira até à cimeira final. Cria-se uma ansia nos mercados e depois não há nada".

Uma ansiedade que levou a praça italiana a escorregar 3,79% e a protagonizar um dos maiores tombos na Europa, enquanto o Ibex 35 de Madrid e o CAC 40 de Paris cederam 3,11% e 2,61%, respectivamente. No mesmo sentido, a praça lisboeta tombou 2,75%, enquanto em Atenas as perdas chegaram aos 2%. A banca europeia foi, sem surpresas, um dos sectores que mais penalizou durante a sessão. O índice da Bloomberg que acompanha as principais instituições bancárias da região registou uma desvalorização de 3,82%, com os bancos gregos e alemães a liderar as perdas. Do outro lado do oceano, Wall Street não fugiu à tendência e chegou a estar a perder mais

de 2% durante a negociação.

Também os mercados de dívida estiveram ontem sob pressão, com a 'yield' sobre Obrigações do Tesouro a cinco e a dez anos dos países periféricos a registar subidas consideráveis durante a manhã.

Uma pressão que seria aliviada ao longo do dia, depois de se saber que o Banco Central Europeu voltou aos mercados para comprar títulos de dívida italiana. Segundo 'traders', em declarações à agência Reuters, a instituição teria comprado títulos a três e a dez anos de dívida da Itália. Ainda assim, os juros sobre OT italianas continuam acima dos 8%. A 'yield' sobre títulos de dívida italiana a dez anos fechou a negociar nos 8,207%, enquanto o juro sobre as obrigações a cinco anos encerrou nos 8,895%.

No caso de Portugal, os juros sobre OT a dez anos chegaram a cotar acima dos 13% mas acabariam por aliviar para 12,992%. Na maturidade a cinco anos, por seu lado, a 'yield' ultrapassou os 16% durante a manhã, mas a intervenção do BCE nos mercados acabaria por aliviar a pressão e fazê-la recuar para os 15,741%. Também a dívida espanhola esteve na mira da pressão sentida ontem: as OT a dez anos ultrapassaram os 6% durante o dia, embora tenham conseguido inverter a tendência, e encerrado nos 5,789%. Na Grécia, em ambas as maturidades, os juros sobre títulos de dívida pública estão a negociar acima dos 50%, sem dar sinais de alívio. ■

BOLSAS AFUNDAM

As principais praças da Europa caíram mais de 3% depois do alerta da Moody's sobre um possível 'downgrade' da região.

